

ANEXO I

ESCRITURA PARTICULAR DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MRS LOGÍSTICA S.A.

São partes ("Partes") nesta "Escritura Particular da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da MRS Logística S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto da Oferta Restrita:

MRS LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, n.º 228, sala 1.201 E, Botafogo, inscrita perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 01.417.222/0001-77, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE n.º 33.300.163.565, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"), e

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, sala 514, bloco 4, Barra da Tijuca, Edifício Buenos Aires, inscrita perante o CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

QUE resolvem, em regular forma de direito, celebrar esta Escritura de Emissão em observância às seguintes cláusulas e condições:

(Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "dia útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ("Dia Útil")).

(Para fins desta Escritura de Emissão, consideram-se "Documentos da Oferta Restrita" esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, a RCA e demais documentos, inclusive aqueles relacionados ao registro da Oferta Restrita junto à CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), emitidos no âmbito da Oferta Restrita)

(Os termos aqui iniciados em maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuídos nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso).

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 Esta Escritura de Emissão é firmada com base nas autorizações deliberadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de outubro de 2013 ("RCA"), nos termos do artigo 16, item "h", do Estatuto Social da Emissora e nos termos do artigo 59, §§1º e 4º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

- 1.2 Por meio da RCA, a Diretoria da Emissora também foi autorizada a (i) contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para realizar a distribuição pública

12

das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e (ii) praticar todo e qualquer ato necessário à efetivação da Oferta Restrita e à emissão das Debêntures

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos da Instrução CVM 476, serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

- I. *Arquivamento e publicação da ata de RCA.* A ata de RCA foi devidamente arquivada na JUCERJA, em 30 de outubro de 2013, sob o n.º 00002557131, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Diário Mercantil", em 8 de novembro de 2013, conforme disposto no artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.
- II. *Inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão foi devidamente arquivada na JUCERJA, em 31 de outubro de 2013, sob o n.º ED33000464-6/000, e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá disponibilizar, ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão registrada na JUCERJA no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo registro. Da mesma forma, os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão serão arquivados na JUCERJA e a Emissora declara, reconhece e concorda que 1 (uma) via original de tais aditamentos registrados deverá ser enviada ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu respectivo registro.
- III. *Dispensa de Registro na CVM.* A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro pela CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação.
- IV. *Dispensa de Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.* Conforme dispõe o artigo 25, §1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476.
- V. *Registro para Distribuição e Negociação na CETIP.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Não obstante o disposto na alínea "(b)" deste inciso, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e após decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição ou

aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures (conforme definidas abaixo) deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social: (i) prestar serviços de transporte ferroviário de carga, (ii) explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão, (iii) implantar e explorar terminais intermodais executando serviços e operações de movimentações e armazenagem de mercadorias, mediante utilização do modal ferroviário, (iv) participar de projetos que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento sócio econômico das áreas de influência, visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos; (v) executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas nas alíneas anteriores; e (vi) exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Emissora.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados pela Emissora para reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

- 5.1 *Número da Emissão.* Esta é a 6ª (sexta) emissão pública de debêntures da Emissora ("Emissão").
- 5.2 *Número de Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 5.3 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").
- 5.4 *Quantidade de Debêntures.* Serão emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures ("Debêntures").
- 5.5 *Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário.* O banco liquidante de emissão e escriturador mandatário da Oferta Restrita será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, s/nº, CEP 06029-900, bairro Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrita perante o CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante de Emissão" e "Escriturador Mandatário", cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante de Emissão e/ou o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão).
- 5.6 *Agência de Classificação de Risco.* A agência de classificação de risco das Debêntures e da Emissora será a MCGRAW-HILL INTERAMERICANA DO BRASIL LTDA. (STANDARD & POOR'S), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0001-40 ("Agência de Classificação de Risco").

- 16
- 5.7 *Colocação e Procedimento de Distribuição.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários (em conjunto, "Coordenadores"), que efetuarão referida distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, da 6ª (Sexta) Emissão da MRS Logística S.A." a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").
- 5.8 *Plano de Colocação com Esforços Restritos.* Os Coordenadores organizarão a colocação, com esforços restritos, das Debêntures perante os Investidores Qualificados, nos termos do Contrato de Distribuição, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476 ("Plano de Colocação"), a qual será realizada mediante atendimento dos seguintes termos:
- I. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
 - II. o público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Qualificados e, para fins da Oferta Restrita, todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados;
 - III. somente será permitida a procura, pelos Coordenadores, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
 - IV. as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
 - V. as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures que representem um valor mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); e
 - VI. serão levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores, assim como as determinações da Emissora, sendo que os Coordenadores individualmente (i) comprometem-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observarão os limites descritos nos incisos III e IV acima.
- 5.9 *Subscrição.* No ato da subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que concorda e está ciente de que (i) as informações recebidas são suficientes para sua tomada de decisão a respeito da Oferta Restrita; (ii) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (iii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão.
- 5.9.1 O volume da Emissão e da Oferta Restrita não poderá ser aumentado em nenhuma hipótese.
- 11

LS

- 5.10 *Procedimento de Bookbuilding*. Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento (procedimento de bookbuilding), organizado pelos Coordenadores, tomando-se por base, para tanto, o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, no qual foi definida, em conjunto com a Emissora, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, a Remuneração das Debêntures objeto da Oferta Restrita, conforme prevista na Cláusula 6.9 abaixo e fixada a Data de Emissão ("Procedimento de Bookbuilding"). O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi ratificado por meio do "Primeiro Aditamento à Escritura Particular da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da MRS Logística S.A.", sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora.
- 5.11 *Prazo de Subscrição*. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 5.9 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.12 *Forma de Subscrição*. As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP.
- 5.13 *Forma e Preço de Integralização*. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão ("Preço de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.
- 5.14 *Negociação*. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, observado o disposto no inciso V da Cláusula 2.1 acima.
- 6 CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES
- 6.1 *Valor Nominal Unitário*. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.2 *Data de Emissão*. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de dezembro de 2013, i.e., a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures ("Data de Emissão").
- 6.3 *Prazo e Data de Vencimento*. O vencimento das Debêntures ocorrerá em 6 (seis) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"), ou seja, em 10 de dezembro de 2019, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado de quaisquer das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida e calculada na forma prevista nesta Escritura de Emissão.
- 6.3.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros. Adicionalmente, para fins de apuração do

quorum previsto na Cláusula 10.4.1 abaixo, não será considerada qualquer controladora da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros

- 6.4 *Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures.* As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no CETIP21, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade das Debêntures.
- 6.5 *Convertibilidade e Permutabilidade.* As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.
- 6.6 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirográfaria, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos seus titulares, nem especificam bens para garantir eventual execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.
- 6.7 *Garantias.* As Debêntures não contarão com nenhum tipo de garantia.
- 6.8 *Direito de Preferência.* Não haverá qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures.
- 6.9 *Remuneração.*
- 6.9.1 *Atualização do Valor Nominal Unitário.* Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário.
- 6.9.2 *Juros Remuneratórios.* Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo ("Taxa DI-Over"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) acrescida exponencialmente de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis, desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento e será paga ao final de cada Período de Capitalização.
- 6.9.3 Para fins de cálculo da Remuneração, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
- 6.9.4 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento,

"Fator de Juros" corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

"Fator DI" corresponde ao produtório das Taxa DI-Over, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde,

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

"n" corresponde ao número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n" um número inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

"DI_k" corresponde à Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

"k" corresponde a um número de ordem da Taxa DI-Over, variando de 1 (um) até n.

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{360}} \right] \right\}$$

onde

"spread" 0,90 (noventa centésimos); e

"DP" corresponde ao número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

6.9.5 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- (i) o fator resultante da expressão $(1 + TDik)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDik)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

6.9.6 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI-Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI", o percentual correspondente à última Taxa DI-Over divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over.

6.9.7 Na ausência de apuração, divulgação e/ou extinção da Taxa DI-Over por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI-Over por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI-Over deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá convocar, no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente ao decurso do prazo de 15 (quinze) dias acima ou da data da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures ou da data de determinação judicial contrária à utilização da Taxa DI-Over, Assembleia Geral de Debenturistas, no modo e prazos estipulados na Cláusula 10 abaixo e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003 e demais leis e regulamentos aplicáveis, o novo parâmetro a ser aplicado para fins de cálculo da Remuneração, que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, na apuração de "TDI", o percentual correspondente à última Taxa DI-Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

6.9.8 Caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada, e a Taxa DI-Over, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI-Over nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração de "TDI", o percentual correspondente à última Taxa DI-Over divulgada oficialmente.

6.9.9 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva, na Assembleia Geral de Debenturistas realizada conforme a Cláusula 6.9.7 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação,

X-9

a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- I. resgate antecipado pela Emissora e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDI, o valor da última Taxa DI Over divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Remuneração; ou
- II. apresentação, pela Emissora, de cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, conforme definidas nesta Escritura de Emissão, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelo voto da maioria dos Debenturistas presentes em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI-Over.

- 6.10 **Pagamento da Remuneração.** A Remuneração será paga semestralmente, sendo que o primeiro pagamento da Remuneração será devido em 6 (seis) meses contados da Data de Emissão e o último será devido na Data de Vencimento ("Data de Pagamento da Remuneração").
- 6.11 **Repactuação.** Não haverá repactuação das Debêntures.
- 6.12 **Amortização Programada.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, a partir do 4º (quarto) ano contado da Data de Emissão, conforme abaixo:

Datas de Pagamento	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
4º (quarto) ano do prazo de vigência das Debêntures, contado da Data de Emissão	33,3300%
5º (quinto) ano do prazo de vigência das Debêntures, contado da Data de Emissão	33,3300%

6º (sexto) ano do prazo de vigência das Debêntures, contado da Data de Emissão	33,3400%
--	----------

- 6.13 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) com relação àquelas que estejam custodiadas eletronicamente pela CETIP, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou, conforme o caso, (b) pelo Escriturador Mandatário.
- 6.14 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante de Emissão, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Liquidante de Emissão a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante de Emissão qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido por meio desta Escritura de Emissão.
- 6.15 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.
- 6.16 *Encargos Moratórios.* Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 6.17 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* Sem prejuízo do previsto na Cláusula 6.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 6.18 *Publicidade.* Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na forma de aviso e quando exigido pela

legislação, e no jornal "Diário Mercantil", observados o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para envio do relatório anual à CVM, conforme estipulado na alínea (d), do inciso I, da Cláusula 8.1 abaixo. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação prévia por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

- 6.19 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que foram Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.20 *Aquisição Antecipada Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, acrescida da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, na forma prevista nesta Escritura de Emissão, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a qualquer tempo, por opção da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.
- 6.21 *Resgate Antecipado.* As Debêntures não poderão ser parcial ou totalmente resgatadas antecipadamente por iniciativa da Emissora.

7. VENCIMENTO ANTECIPADO

- 7.1 Nas hipóteses previstas nesta Cláusula e na Cláusula 7.2 abaixo, todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, cabendo ao Agente Fiduciário exigir da Emissora o imediato pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures acrescido da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nesta Cláusula ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"):

- I. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de autofalência formulado pela Emissora, (d) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;

- II. extinção da concessão outorgada à Emissora para explorar atividades relacionadas à exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha Sudeste;
- III. intervenção do poder concedente da concessão outorgada à Emissora para explorar atividades relacionadas à exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga decorrente de fatos relacionados à sua capacidade econômica;
- IV. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis;
- VI. declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- VII. alteração e/ou transferência do controle acionário direto da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo). Esta hipótese não se aplicará aos casos de alteração e/ou transferência do controle acionário direto da Emissora, decorrentes da transferência de participações por qualquer um dos acionistas que atualmente exerçam o controle direto da Emissora a qualquer sociedade (a) por ele controlada, direta ou indiretamente; (b) que controle, direta ou indiretamente, referido acionista controlador; ou (c) que esteja sob controle comum do referido acionista controlador, ressalvado que, em qualquer um desses casos, a composição do controle final e a participação detida pelos atuais controladores finais da Emissora não poderão ser alteradas;
- VIII. alteração e/ou transferência do controle acionário indireto da Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (*rating*) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela Agência de Classificação de Risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência em 2 (dois) *notch(es)* em relação à classificação de risco da Emissora na Data de Emissão das Debêntures;
- IX. alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- X. redução do capital social da Emissora que não seja realizada para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;

- XI. não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
- XII. constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) sobre ativos relevantes da Emissora, considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor, individual ou agregado, seja equivalente ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) para a Emissora, ou seu equivalente em outras moedas, exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (b) para constituição de garantia em financiamentos junto ao BNDES ou outro banco de fomento nacional ou internacional;
- XIII. transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- XIV. rebaixamento na classificação de risco da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, em 2 (dois) notch(es) em relação à classificação de risco da Emissora na Data de Emissão das Debêntures, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, exceto se aprovado por Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- XV. alteração do objeto social da Emissora, de forma que a Emissora deixe de atuar no transporte de carga; e
- XVI. invalidade, nulidade ou inexistência desta Escritura de Emissão
- 7.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.1 acima, na ocorrência de quaisquer dos eventos descritos a seguir, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que for constatada ocorrência do referido evento ou do fim do período de cura, conforme o caso, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures ("Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos"):
- I. inadimplemento, pela Emissora, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;
- II. protesto legítimo de títulos contra (ainda que na condição de garantidora) a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de 30 (trinta) dias contados do respectivo protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi cancelado; (b) foi apresentada defesa e prestadas garantias em juízo; ou (c) foi validamente comprovado pela Emissora perante o juízo competente que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros;

- III. cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, exceto:
- (a) se a operação for realizada com sociedades por ela controladas, direta ou indiretamente, em que a Emissora seja a sociedade remanescente, ressalvado que a composição do controle final e a participação detida pelos atuais controladores finais da Emissora não poderão ser alteradas, desde que e sempre em atendimento ao disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (b) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou
 - (c) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 2 (dois) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à respectiva operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou
 - (d) se, após anunciada ou ocorrida tal operação, as classificações de risco (*rating*) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela Agência de Classificação de Risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência;
- IV. a realização, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, do pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora, que não tenham sido declarados até a data de celebração desta Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- V. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 20 (vinte) dias contado do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, individualmente ou em conjunto;
- VI. inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial e/ou arbitral não sujeita a recurso, envolvendo valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, contra a Emissora;
- VII. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora;
- VIII. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura é falsa, inconsistente ou incorreta em qualquer aspecto relevante;

IX. realização, pela Emissora, de qualquer ato em desacordo com esta Escritura de Emissão, com o Contrato de Distribuição e/ou com qualquer outro Documento da Oferta Restrita, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas em tais documentos, salvo se sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis; e

X. não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em Circulação, do índice financeiro decorrente (a) do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definida abaixo) pelo EBITDA (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 (três inteiros), relativo a cada trimestre do ano civil, a partir, inclusive, das demonstrações financeiras da Emissora relativas a 30 de setembro de 2013; ou (b) do quociente da divisão do EBITDA (conforme definido abaixo) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definida abaixo), que deverá ser maior que 4,0 (quatro inteiros) ou menor que 0 (zero), no caso das Receitas Financeiras superarem as Despesas Financeiras (conforme definidas abaixo), relativo a cada trimestre do ano civil, a partir, inclusive, das demonstrações financeiras da Emissora relativas a 30 de setembro de 2013 ("Índice Financeiro"). Para os fins do disposto neste inciso:

"Dívida Líquida" significa Dívida constante nas rubricas de "Empréstimos e Financiamentos", bruta dos custos da transação, considerando os "Saldos das Operações com Derivativos", deduzida dos valores constantes nas rubricas "Caixa e Equivalente de Caixa" e "Caixa Restrito" das notas explicativas das demonstrações financeiras da Emissora;

"Dívida" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora, o somatório de todas as dívidas financeiras da Emissora junto a pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como securitização de direitos creditórios/recebíveis da Emissora;

"EBITDA" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o Lucro Líquido, (a) acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (i) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido; (ii) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos; (iii) despesa de amortização e depreciação; e (b) decrescido, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, receitas financeiras;

"Saldos das Operações com Derivativos" significa a dedução da rubrica "Ganhos das Operações com Derivativos" registrada no ativo, adicionada à rubrica "Perdas das Operações com Derivativos" registrada no passivo, sendo ambas as rubricas constantes das notas explicativas das demonstrações financeiras da Emissora;

"Lucro Líquido" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o lucro líquido (ou prejuízo), excluídos o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis;

"Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos" significa, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas aos 4 (quatro) trimestres do ano civil imediatamente anteriores, o total de juros incidentes no montante da dívida a pagar em tal período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e aceite de financiamentos à medida que tais financiamentos constituam Dívida;

"Caixa e Equivalentes de Caixa" incluem saldos de caixa, depósitos bancários a vista e as aplicações financeiras com liquidez em até 3 (três) meses e sem perda significativa de valor. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado;

"Caixa Restrito" inclui aplicações financeiras vinculadas que tenham restrição de resgate, não sendo caracterizados como de liquidez imediata pela Emissora, sendo as aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de resultado; e

"Despesa Financeira Líquida" significa Despesa Financeira menos Receita Financeira, conforme apurada no balanço.

- 7.2.1 Uma vez instalada, em primeira convocação, a Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 7.2 acima, será necessário o quorum especial de titulares que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou, ainda, no caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, assim deliberada por titulares que representem ao menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Nestas hipóteses, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura de Emissão com relação às Debêntures.
- 7.2.2 Caso não haja quorum suficiente para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, o Agente Fiduciário ou a Emissora, conforme o caso, realizará a segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a mesma ordem do dia. Caso (i) na Assembleia Geral de Debenturistas instalada em segunda convocação, não haja deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dos terços) das Debêntures em Circulação contrariamente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures; ou (ii) não haja, novamente, instalação da Assembleia Geral de Debenturistas; ou (iii) por qualquer motivo, não ocorra a deliberação acerca do vencimento antecipado das obrigações da Emissora sob as Debêntures, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão e exigirá da Emissora o imediato pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da declaração do vencimento antecipado.
- 7.2.3 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação acrescido da respectiva Remuneração,

calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar a Emissora obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.2.4 O Agente Fiduciário deverá comunicar em até 1 (um) Dia Útil, por escrito, nos termos da Cláusula 12.1 desta Escritura de Emissão, eventual vencimento antecipado das Debêntures a Emissora e ao Banco Mandatário.

7.2.5 A CETIP deverá ser informada sobre o pagamento descrito na Cláusula 7.2.3 acima com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora se obriga, ainda, a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua respectiva página na internet (www.mrs.com.br), conforme o caso, os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor e acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (2) relatório demonstrando a apuração do Índice Financeiro, com base nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
 - (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao trimestre encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor e acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (2) relatório demonstrando a apuração do Índice Financeiro, com base nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas, conforme o caso, explicitando a memória de cálculo de todas as rubricas necessárias à sua apuração, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
 - (c) dentro de 20 (vinte) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário, por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados,

[Handwritten signature]
X-4

- VI. notificar no prazo de até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e a CETIP sobre qualquer ato ou fato relevante, conforme definido pela regulamentação aplicável, sobre a Emissora e/ou que possa ensejar a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, ou que possa causar interrupção ou suspensão relevante das atividades da Emissora;
- VII. efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- VIII. arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário, do Banco Liquidante de Emissão, da Agência de Classificação de Risco e da CETIP;
- IX. cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
- (a) preparar demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social encerrado, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social a auditor independente registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), inclusive no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando, imediatamente, os Coordenadores e Agente Fiduciário, e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- X. manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante de Emissão, o Escriturador Mandatário, a CETIP, a Agência de Classificação de Risco (rating) e o Agente Fiduciário;
- XI. repassar as informações referentes aos pagamentos a serem realizados sob as Debêntures ao Banco Liquidante de Emissão, informando o Valor Nominal Unitário atualizado da véspera do evento até às 19h (dezenove horas) da véspera do evento;
- XII. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras

despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, desde que, as despesas cujo valor individual seja igual ou superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora. Caso a Emissora não se manifeste em até 2 (dois) Dias Úteis contados da solicitação de aprovação de despesa realizada pelo Agente Fiduciário, a referida solicitação será considerada automaticamente aprovada;

XIII. não transferir ou, por qualquer forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

XIV. manter atualizado o registro de companhia aberta da Emissora perante a CVM.

8.2 As despesas a que se refere o inciso XII da Cláusula 8.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- II. extração de certidões;
- III. despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e forem, sempre que possível e conforme estabelecido acima, antecipadamente aprovadas pela Emissora e devidamente comprovadas após seu pagamento, desde que razoáveis e em conformidade com as normas adotadas pela Emissora; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, sempre que possível e conforme estabelecido acima, previamente aprovados pela Emissora.

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Nomeação.

9.1.1 A Emissora nomeia e constitui a PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, acima qualificada, como Agente Fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas perante a Emissora.

9.2 Substituição.

9.2.1 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

- 9.2.2 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 9.2.1 acima, caberá à Emissora efetua-la.
- 9.2.3 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.
- 9.2.4 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição, e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim.
- 9.2.5 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quorum de deliberação previsto na Cláusula 10.4 abaixo.
- 9.2.6 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28.
- 9.2.7 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCERJA, onde será registrada esta Escritura de Emissão.
- 9.2.8 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.
- 9.2.9 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
- 9.3 *Deveres do Agente Fiduciário.*
- 9.3.1 Além de outros previstos na regulamentação aplicável, nesta Escritura de Emissão ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, baseado unicamente nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;

- 9.4.6 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas em que razoável e comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios nesse sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário. As despesas incluem, entre outras, aquelas mencionadas na Cláusula 8.2 acima.
- 9.4.7 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se referem as Cláusulas acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas aos Debenturistas pela Emissora nos termos da Cláusula 8.1 acima, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas, sendo que as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia para o risco de sucumbência; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação. Fica certo e ajustado entre as Partes que não caberá ao Agente Fiduciário pagar, às suas próprias expensas, quaisquer despesas necessárias à defesa judicial ou administrativa dos direitos dos Debenturistas, inclusive honorários advocatícios e custas de natureza sucumbencial, sendo certo que quaisquer despesas desta natureza deverão ser suportadas exclusivamente pelos Debenturistas na forma disposta acima.
- 9.4.8 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista na Cláusula 9.4.5 acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre as demais dívidas da Emissora na ordem de pagamento.
- 9.4.9 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituído fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas e com anuência da Emissora.
- 9.5 Declarações.
- 9.5.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- I. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- II. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- III. esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- IV. o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes societários e/ou delegados para tanto, podendo cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- V. sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal e não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 10 da Instrução CVM 28 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida nesta Escritura de Emissão;
- VI. está ciente da regulamentação aplicável emanada pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, inclusive a Circular n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- VII. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VIII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão, suas cláusulas e condições;
- IX. está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- X. não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- XI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas;
- XII. é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras; e
- XIII. na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (I) 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 01 de fevereiro de 2020, em que foram emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data foram

verificados eventos de amortização, conforme previsão na respectiva escritura de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da Emissora possuem garantias flutuantes, conforme previsão na escritura de emissão; e (ii) 5ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 18 de julho de 2018, em que foram emitidas 300.000 (trezentas mil) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento.

10. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 10.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 10.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.
- 10.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.
- 10.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.18 acima, respeitadas as demais regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 10.4.1 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 10.4.2 A segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.
- 10.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 10.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 10.7 A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àquele que for designado pela CVM.
- 10.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. As deliberações dependerão da aprovação de Debenturistas de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, sendo certo que não estão incluídos neste quorum aqueles expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, (i) serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas,

independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto nela proferido, e (ii) não conferirão aos dissidentes ou ausentes qualquer direito a resgate de suas Debêntures.

- 10.9 A alteração dos quóruns qualificados previstos nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação por titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

- 11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras com registro de companhia aberta perante a CVM e está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- II. é titular da concessão de serviço público de transporte ferroviário de carga na malha Sudeste, conforme o "Contrato de Concessão", celebrado entre Emissora e União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes;
- III. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e obteve todas as aprovações e autorizações, inclusive as societárias, necessárias a celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto, não sendo exigido nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos, exceto (i) pela inscrição da Escritura de Emissão na JUCERJ, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, e (ii) pelo registro das Debêntures na CETIP;
- IV. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, bem como a colocação das Debêntures (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; (c) na data em que é firmado, qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (d) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- V. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- VI. está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando

as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício de suas atividades descritas em seu objeto social;

- VII. exceto (a) pelo disposto no formulário de referência; e (b) pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa, direta ou indiretamente, comprometer de modo relevante a normal condução de suas atividades ou o integral e pontual cumprimento de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- VIII. não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- IX. não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- X. à vista das exigências legais e regulatórias nos planos federal, estadual e municipal, e conforme as melhores práticas de atuação aplicáveis ao setor da Emissora, possui, válidas e em vigor, ou estão em efetivo processo de obtenção de todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes para o válido exercício de suas atividades, inexistindo qualquer circunstância material impeditiva da normal condução dessas atividades e/ou que possam afetar suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias assumidas no âmbito da Emissão;
- XI. as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- XII. exceto pelas contingências informadas no formulário de referência da Emissora, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa afetar de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- XIII. as informações constantes do formulário de referência elaborado pela Emissora e disponível na página da CVM da rede mundial de computadores são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- XIV. o formulário de referência da Emissora (a) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores Qualificados, da Emissora e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes;

e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada;

- XV. não há outros fatos relevantes em relação à Emissora e/ou às Debêntures não divulgados no seu formulário de referência cuja omissão faça com que qualquer declaração do formulário de referência da Emissora seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
 - XVI. as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no formulário de referência da Emissora foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta Restrita e com base em suposições razoáveis;
 - XVII. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
 - XVIII. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, legalmente válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"), e
 - XIX. o registro de companhia aberta da Emissora está vigente perante a CVM.
- 11.2 A Emissora se compromete a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

12. COMUNICAÇÕES

- 12.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas, por escrito, para os seguintes endereços:

I. Para a Emissora:

MRS LOGÍSTICA S.A.
Praia de Botafogo, n.º 228, sala 1.201 E, Botafogo
CEP 22250-906 – Rio de Janeiro, RJ
At : Felipe Perecmanis
Telefone: (21) 2559-4639
Fax: (21) 2559-4613
Correio eletrônico: fpe@mrs.com.br / daf@mrs.com.br

II. Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, n.º 4.200, sala 514, bloco 4, Edifício Buenos Aires
CEP 22640-107 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (backoffice financeiro) / Sra. Nathalia Machado Loureiro (jurídico e estruturação)
Telefone: (21) 3385-4584
Fax: (21) 3385-4046

Correio eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br /
middle@pentagonotrustee.com.br

III. Para o Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
 Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara
 CEP 06029-900, Osasco – São Paulo
 At.: Pérsia Alves Gonçalves de Barros
 Tel.: (011) 3684 9444
 Fax: (11) 3684 2714

IV. E-mail: 4010.persia@bradesco.com.br Para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
 CEP 01452-001 - São Paulo, SP
 At.: Gerência de Valores Mobiliários
 Telefone: (11) 3111-1596
 Fax: (11) 3111-1564
 Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas em via física sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama ou correio eletrônico enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

12.1.2 A mudança de qualquer dos endereços e/ou representantes dos destinatários acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora, aplicando-se a mesma regra para as demais Partes mencionadas nesta Escritura de Emissão no que se refere à obrigação de comunicarem a Emissora.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.2 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.3 As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

- 13.4 As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência desta Escritura de Emissão, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.
- 13.5 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 633 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 13.6 Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário, salvo aquelas estabelecidas por lei aplicável no que tange ao seu dever de diligência. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual este não figure como parte e/ou interveniente.
14. LEI E FORO
- 14.1 Esta Escritura de Emissão reger-se-á pelas leis da República Federativa do Brasil.
- 14.2 Fica eleito o Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

* * [Restante da página deixado intencionalmente em branco.]

